

FATOS DESTACADOS DA IMPRENSA
DE 08 A 18 DE DEZEMBRO DE 1981
Nº 174 - CIRCULAÇÃO INTERNA



Aconteceu

CEDI

Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho 98 fundos 22241 Rio de Janeiro
Av. Higienópolis 983 01238 São Paulo

TRABALHADORES URBANOS

VW DIZ QUE NÃO DEMITIRÁ MAIS EM 82

Não haverá demissões na Volkswagen em 1982 - disse o presidente da empresa, Wolfgang Sauer, para quem "a fase do desemprego já passou". Durante este ano a Volkswagen demitiu 14 mil funcionários, dos quais 5 mil saíram voluntariamente. A manutenção do quadro funcional da Volkswagen do Brasil S/A decorre principalmente - segundo o Sr. Sauer - dos novos contratos de exportações negociados pela empresa. À Nigéria, por exemplo, de onde ele voltou esta semana, exportará mais 15 mil automóveis CKD (desmontados), o que representa um aumento de 30% sobre o volume vendido em 1981, de 50 mil unidades. (JB - 12/12/81)

SERVIDORES DA UNIÃO FAZEM GREVE NO SUL

Pela primeira vez em 18 anos - desde o movimento nacional de 1963 - entraram em greve por 24 horas os funcionários públicos federais do Rio Grande do Sul. Reivindicam aumento de 120% retroativo a novembro, 13º salário, reajustes semestrais e direito à sindicalização. A federação gaúcha garantiu que "95% dos 40 mil servidores no Estado aderiram". Sábado haverá reunião em Brasília de todos os presidentes de entidades do funcionalismo para examinar três propostas: ampliação da greve a todo o país, greve branca (marcar o ponto e cruzar os braços dentro da repartição) ou trabalhar com braçadeiras pretas, "em sinal de luto pela miséria salarial da categoria". (JB - 17/12/81)

NÍVEL DE EMPREGO CAI EM SÃO PAULO

O índice do nível de emprego industrial em São Paulo caiu 0,12% na primeira semana de dezembro, o que representa 2 mil 400 empregos a menos no setor. Com essa queda, o índice acumulado de novembro de 1980 até agora atingiu 14,6%, equivalente à redução de 292 mil empregos nas indústrias do Estado. Os dados divulgados ontem pelo Departamento de Estatística da FIESP mostram que 15 dos 29 setores consultados, apresentaram queda no nível de emprego, quatro permaneceram estáveis e 10 registraram aumento. (JB - 12/12/81)

TRABALHADORES RURAIS

SANCIONADA A LEI QUE CRIA NOVO USUCAPIÃO

Ao anunciar ontem a sanção da lei que reduz de dez para cinco anos o usucapião sobre terras devolutas e propriedades rurais públicas e privadas, o presidente da República qualificou a medida como "imediate e enérgica aceleração da reforma agrária". O texto aprovado pelo presidente assegura a posse a todos os que, não sendo proprietários de imóveis rurais ou urbanos, mantenham domínio por cinco anos seguidos de área rural inferior a 25 hectares. A lei prevê assistência judiciária gratuita e processo sumário para esses casos. (ESP - 11/12/81)

~~DOM TOMÁS CONSIDERA O USUCAPIAO COMO "BURLA"~~

O bispo de Goiás Velho e vice-presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), dom Tomás Balduino, classificou a Lei do Usucapião como "uma burla com fins eleitoreiros", acrescentando que a legislação foi "uma concessão puramente burocrática bacharelística do governo". "Ela é ineficaz - explicou - porque o problema não está em registrar a terra; antes disso caem em cima dos lavradores e posseiros a Polícia e os pistoleiros; mas isso não foi sanado." As afirmações do bispo foram feitas durante o seminário "A Igreja e a Realidade Econômica Brasileira", promovido pela Associação dos Jornalistas de Economia e Finanças do Rio (Ajef) e o Instituto Brasileiro de Análise Sócio-Econômica (Ibase). Dom Tomás Balduino considerou mais importante que a Lei do Usucapião os estudos do governo visando reservar um percentual da área dos latifúndios para arrendamento aos lavradores. Ele acha que essa solução "não conflita com o sistema, pois não questiona a propriedade; responde ao apelo dos trabalhadores de acesso à terra, e evita o êxodo rural e o despejo de trabalhadores de campo na cidade". O bispo disse ainda que os lavradores "não estão preocupados em possuir propriedade; o que estão querendo é acesso à terra, e isso atualmente está fechado". Para ele, a medida permitirá que os trabalhadores rurais possam "levar avante a sua luta política, uma vez tendo garantido o que comer". Segundo afirmou, os camponeses "vêm ganhando a luta política, com greves e eleições sindicais, mas estão perdendo as safras, por falta de terras". (FSP - 16/12/81)

PARLAMENTAR NÃO CRÊ NO USUCAPIAO

Um dos poucos políticos a analisar o pronunciamento do presidente da República sobre o projeto do usucapião, o deputado Roberto Freire (PMDB-PE) manifestou seu ceticismo quanto à declaração do chefe da Nação de que ao governo cabe "agora, acelerar a reforma agrária". "Um governo que tem como base de sustentação política oligarquias rurais que fundam seu poder no latifúndio - argumentou o parlamentar - não é capaz de instaurar um processo de reforma agrária". A seu ver, as promessas do presidente são "destituídas de consequências". Explicou: "O seu governo, apesar de gerenciar o capitalismo implantado no Centro-Sul do País, tem sua sustentação política nas oligarquias latifundiárias do Norte-Nordeste e setores rurais mais reacionários e atrasados de outras regiões. É evidente - prosseguiu - que um governo com essa condicionante não tem possibilidades reais de efetivar uma reestruturação fundiária de peso e magnitude compatível com a necessidade e a realidade da nossa arcaica e injusta estrutura agrária". (FSP - 13/12/81)

OS COLONOS DE RONDA MANTÊM REIVINDICAÇÃO

Os 185 representantes das 312 famílias de agricultores sem terra que estão acampados desde fevereiro em Ronda Alta (340 quilômetros de Porto Alegre) decidiram ontem permanecer na capital até que o governador Amaral de Souza atenda à reivindicação de assentá-los no próprio Estado. Depois de terem uma reunião sem resultados com o governador, segunda-feira, eles encaminharam novas reivindicações a Amaral de Souza, desta vez através do presidente da Assembleia Legislativa, deputado Aldo Pinto (PDT). Eles pedem que sejam retiradas as barreiras policiais do acampamento - de condições extremamente precárias - em Ronda Alta; que o governo assegure escola para as crianças e assistência médica; e que garanta o reassentamento no Estado, aproveitando o decreto aprovado pela Assembleia Legislativa que libera crédito fundiário. Aos deputados, eles pediram que façam uma visita ao acampamento a cada 10 dias, "para fiscalizar a ação da polícia". (ESP - 16/12/81)

~~CONGRESSO DE POSSEIROS EM PERUIBE (SP)~~

A legalização de posses, construção de estradas e escolas e a instalação de redes de eletrificação e a organização de cooperativas foram as principais reivindicações feitas ontem, em Peruíbe, por aproximadamente 500 posseiros reunidos no 2º Congresso de Posseiros das regiões de Peruíbe e Itariri, no Litoral Sul de São Paulo. O encontro foi organizado pelas Sociedades de Melhoramentos das Zonas Rurais de Peruíbe, Tetequeira e Bom Jardim de Itariri, entidades que representam cerca de dois mil posseiros. De acordo com o advogado dessas organizações, o Congresso dos Posseiros teve como objetivo básico encontrar formas de "resistência à violência dos grileiros e reivindicar a reforma agrária". A questão da violência, segundo Costa Milani, "já foi superada, pelo menos em sua forma direta, pois, agora, os casos com os grileiros são encaminhados à Justiça". Já a reforma agrária continua sendo uma reivindicação constante. (FSP - 14/12/81)

POSSEIROS DE PERUIBE (SP) QUEREM GARANTIA DE JUIZ

Os posseiros da fazenda Itinga Grande (em Peruíbe) devem entrar hoje com pedido de segurança, no Fórum de Iguape, ao Juiz Jayme Gomes Franco, em consequência da ameaça de que 60 pistoleiros do Mato Grosso irão desalojá-los das áreas que cultivam na região. Na última terça-feira, os posseiros - ao todo são 70 famílias - travaram tiroteio com representantes dos proprietários da terra, o que resultou em uma morte e ferimentos em outras quatro pessoas. (FSP - 17/12/81)

LIBERTADOS OS POSSEIROS EM MARABÁ (PA)

A Comissão Pastoral da Terra informou ontem, em Belém, que já foram colocados em liberdade os 10 posseiros presos no final da semana passada, em Marabá, pela Polícia Militar, que os havia despejado da fazenda Coxui, em cumprimento a uma liminar da Justiça. A polícia informou que eles haviam sido apenas detidos, tendo ficado acertado que na segunda-feira os posseiros terão encontro com o proprietário da fazenda, Délio Mutran, para tentar o acordo. Enquanto isso, as 20 famílias desalojadas de suas casas na semana passada também pela PM, na localidade de Taiassui, município de Benevides, próximo a Belém, continuavam ontem acampadas em barracos cobertos por lona plástica, à espera de uma solução para o caso delas. (ESP - 17/12/81)

PARAÍBA NÃO DÁ SOLUÇÃO E POSSEIRO CONTINUA ACAMPADO

Pelo terceiro dia consecutivo, as famílias dos agricultores residentes em Camucim, no Município de Pitimbu, a 100 km da Capital paraibana, permanecem ontem acampadas na calçada do Palácio da Redenção sem que a reivindicação de desapropriação das terras e retirada da polícia de lá fosse atendida pelas autoridades. Em carta-aberta à população, os agricultores responderam ontem às acusações do Governo de que há infiltração de pessoas do clero, do PT, do PBC e do PC do B. "Será que o Governador quer dizer que nós e o nosso sindicato não temos cabeça para pensar e encaminhar a nossa luta dentro da lei? Ao nosso modo de pensar, é bem diferente: quem está nos agitando é a Destilaria Tabu e o Governo. Quando a destilaria quer, a todo custo, tomar as nossas terras o Governo apóia, mandando a sua polícia para praticar todos os tipos de violência contra nós", disseram. Garantiram que a luta, desde o começo, está sendo encaminhada pelo movimento sindical de trabalhadores rurais. "Sempre lutamos dentro da lei e não queremos e nem podemos ser responsabilizados por pessoas ou grupos que queiram tumultuar nosso movimento pacífico". (JB - 17/12/81)

AMBAÇA DE JAGUNÇOS É DENUNCIADA

O bispo de Marabá, d. Alano Pena, disse ontem ter recebido a informação de uma lavradora de que dezenas de jagunços, chefiados pelo pistoleiro conhecido por Marinheiro, teriam entrado na região de Pau-Seco quinta-feira à noite. De acordo com o bispo, a tensão é grande na área, pois há o temor de que os jagunços pretendam vingar a morte do tratorista Adenaldo Rodrigues de Souza, assassinado numa emboscada por posseiros. (ESP - 12/12/81)

FLAGELADOS PERNAMBUCANOS INVADEM PREFEITURA NO SERTÃO PARA PEDIR TRABALHO

Cerca de 1 mil 500 flagelados invadiram na manhã de ontem a Prefeitura do município de Afogados de Ingazeira, no sertão pernambucano, reivindicando trabalho, e disseram que só sairão do prédio quando forem alistados no programa de emergência. Eles perderam todas as lavouras com a seca e não têm o que plantar para a próxima safra. A informação foi transmitida pela Federação dos Trabalhadores de Agricultura de Pernambuco - Fetape - e confirmada pelo prefeito da cidade, Antônio Mariano de Brito, que disse haver 3 mil 200 homens alistados em frentes de trabalho, enquanto 1 mil 800 agricultores da localidade - situada a 403 quilômetros a Oeste da Capital - estão passando privações com suas famílias. (JB - 18/12/81)

ÍNDIOS

O ÍNDIO E O ATUAL GOVERNO: D. TOMÁS

O vice-presidente do Cimi denunciou a existência de uma "política oficial de extermínio dos índios", que, segundo ele, "acelerou-se no atual governo. Na época do presidente Geisel, houve apenas uma tentativa de modificação na legislação de defesa das populações indígenas, com o projeto, depois abandonado, de emancipação dos índios, acabando com a tutela, que é o instrumento legal que garante ao índio a posse da terra". Para o bispo, "o grande problema dos índios é a garantia de suas terras". "Durante o atual governo - prosseguiu -, quatro medidas já foram tomadas em prejuízo dos índios. A começar da estadualização das decisões sobre conflitos de terra, que colocou nas mãos dos proprietários regionais a solução dos conflitos que eles próprios criaram." Outra medida recente da Funai - segundo o bispo - foi a elaboração dos "critérios de indianidade", pelos quais, "se o índio não tem problemas com a Funai, é índio; mas se tem problemas duvida-se de que seja índio. Nessa situação estão as nações Tembê (do Sul do Pará), Capinauá (Pernambuco) e Timbi (Mato Grosso)". Dom Tomás criticou ainda a política oficial de "acordos propostos pela Funai, em que os índios recebem indenizações irrisórias em troca da perda de suas terras. A Funai - disse ele - age como uma má tutora do interesse dos índios". Condenou ainda o enquadramento das questões de terra que envolvem os índios, como problemas de segurança nacional, lembrando que o atual presidente da Funai, coronel Paulo Moreira Leal, pertenceu ao Conselho de Segurança Nacional. Para Dom Tomás, "a ofensiva contra os índios é resultado do aparecimento do índio politizado e consciente, que vai lutar e está se unindo, através da UNI (União das Nações Indígenas) e das assembléias de chefes de aldeias em defesa dos seus direitos". (FSP - 16/12/81)

~~DETERMINAÇÃO DE RESERVA INDÍGENA PELA FUNAI~~

O presidente da Funai, coronel Paulo Moreira Leal, prometeu ontem aos caciques ticuna que até o dia 15 de janeiro uma equipe de quatro funcionários da Funai seguirá para o rio Solimões a fim de delimitar a reserva indígena dos índios ticuna, em São Paulo de Olivença (AM). Os caciques Pedro Inácio, Adércio Custódio e José Demétrio estiveram com o coronel Leal às nove horas da manhã de ontem. À tarde, na Câmara dos Deputados, receberam uma nota de apoio assinada pelos líderes dos partidos oposicionistas. A nota das lideranças "exige da Fundação Nacional do Índio a pronta e urgente demarcação do território desses índios", afirmando ainda que essa medida "possibilitaria, finalmente, a interdição das áreas de pesca indispensáveis à sobrevivência desse grupo étnico, coibindo paralelamente as tentativas atuais de violação da integridade de seu território". Os ticuna reivindicam a demarcação de um território que se localiza a partir da fronteira do Brasil com a Colômbia, no rio Solimões, até as proximidades do município de Tefé. O cacique Pedro Inácio, da aldeia Vendaval, não tem idéia do tamanho da área, pois até hoje não foi feito um levantamento do território ocupado pelos ticuna. (FSP - 11/12/81)

PEDIDA INTERVENÇÃO EM ÁREA IANOMAMI

A coordenadora da Comissão de Criação do Parque Ianomami (CCPI), Cláudia Andujar, está encaminhando à Funai o pedido de intervenção na área ocupada pelos índios Ianomami, objetivando a delimitação do futuro Parque Indígena, cujo projeto de criação se encontra na Secretaria do Conselho de Segurança Nacional. Caso o pedido seja aceito, será interdita uma área correspondente a 10 milhões de hectares, dividida entre o Território de Roraima (6 milhões) e o Amazonas (4 milhões). O pedido de interdição coincide com a recente viagem de estudos feita por uma equipe do Conselho de Segurança Nacional, que visitou toda a área dos Ianomami dentro do território brasileiro. (FSP - 17/12/81)

PREFEITO É CONTRA RESERVA NHAMBIQUARA

Alegando que as portarias da Funai que declaram como de posse permanente do grupo indígena nhambiquara a área com superfície aproximada de 340.580 hectares, nos municípios de Vila Bela da Santíssima Trindade e Pontes e Lacerda, em Mato Grosso, ferem sensivelmente os interesses de toda a região, principalmente de grupos econômicos, fazendas e projetos agropecuários, o prefeito de Porto dos Gaúchos enviou ontem telex, em nome do governo do Estado, ao ministro do Interior, Mario Andreazza, e ao presidente da Fundação Nacional do Índio solicitando a revisão da matéria e conseqüentemente a revogação da portaria. (ESP - 18/12/81)

"NÃO FIQUEM TRISTE COM O CASAMENTO DO JURUNA"

O cacique Aniceto, da reserva xavante de São Marcos, anunciou ontem em Brasília, que Mário Juruna vai realmente se casar hoje, na cidade de Barra do Garças, com uma mulher branca e que nenhum índio foi convidado para a cerimônia. Aniceto preferiu não julgar a atitude do cacique, afirmando apenas que se preocupa com a possibilidade de o casamento não dar certo, já que "o branco é diferente do índio". Ele apoiou a iniciativa de Juruna de candidatar-se a deputado pelo PDT, acreditando que como deputado, ele poderá trabalhar mais pela sua tribo. "Não fiquei triste por não ter sido convidado para o casamento de Mário - disse Aniceto. Fico realmente triste quando a Funai não cumpre as promessas que faz para os índios. Isso sim realmente nos magoa." Aniceto foi a Brasília pedir ao presidente da Funai o afastamento do chefe da ajudância do órgão em Barra do Garças, Rodolfo Valentim. (ESP - 12/12/81)

IGREJA DEVE OPTAR SÓ PELOS POBRES, DECLARA D. VALDIR

O presidente da Comissão da Pastoral Operária da CNBB e bispo de Volta Redonda, dom Valdir Calheiros, defendeu ontem a idéia de "uma opção exclusiva" e não "preferencial" pelos pobres, por parte da Igreja. Para dom Valdir, todos os católicos - ricos, padres ou leigos - "na prática devem trabalhar com os pobres". A posição de dom Valdir contraria frontalmente a opinião expressa pelo ex-arcebispo de Porto Alegre, dom Vicente Scherer, que na sua última palestra pelo rádio, antes de deixar o arcebispado, no início do mês, afirmou que "Deus não olha para a bolsa, se está cheia ou vazia, mas perscruta o coração". Dom Vicente criticou ainda os que defendem a opção preferencial, dizendo que dentro da Igreja multiplicam-se as afirmações e escritos que estabelecem diferenças "classista e ideologizada", e que consideram os pobres e marginalizados "como aceites e amigos de Deus" e todos os demais como excluídos do favor e da benevolência do Alto. (ESP - 16/12/81)

HÁ CAMPANHA CONTRA, DIZ A PASTORAL

O presidente da Comissão Pastoral da Terra, d. Moacir Grecchi, distribuiu nota ontem em Brasília, denunciando a existência de uma campanha contra a instituição. "Ultimamente grandes órgãos de imprensa, a Rádio Nacional e vozes isoladas destacaram, negativamente, algumas publicações da CPT", diz a nota acrescentando: "Ficamos admirados pelo fato de que estas publicações estão circulando no País há vários anos. Reafirmam que o conteúdo desses publicações em nada contraria as linhas pastorais da Igreja em seus documentos". Afirma a nota ainda: "trata-se então de uma campanha que é apenas uma nova investida contra as pastorais populares que acompanham e animam o crescimento do povo brasileiro, particularmente no atual momento de agravamento da problemática da terra e de processo pré-eleitoral. A CPT acentuou também que estas medidas têm revelado, cada vez mais, a ambigüidade da abertura política. (ESP - 12/12/81)

BISPO ALERTA PARA PROJETO DO INCRA

Em documento distribuído ontem, na Capital baiana, o Bispo de Bom Jesus da Lapa, D. José Nicomedes Grossi, e outros membros da diocese, no Médio São Francisco baiano, afirmam que está havendo uma completa deturpação do projeto do INCRA de formação de agrovilas na região, que "ainda não oferece 1% do que aparece nas publicações oficiais." O documento, elaborado em assembléia diocesana de 23 a 27 de novembro, revela que muitas famílias, "arbitrariamente desapropriadas pelo INCRA há seis anos" ainda não foram reassentadas nas agrovilas. Diz ainda que "os armazéns da Cobal continuam comerciando indevidamente, em grande escala, mercadorias destinadas à venda aos colonos". No caso dos desapropriados, o documento afirma que a atitude do INCRA "chega a ser um insulto ao pobre e indefeso lavrador. Vivendo e cultivando suas pequenas fazendas, em regime familiar, razoavelmente estabilizados, são arrancados de suas terras mediante insignificante indenização que não lhes permite regularizar a vida em lugar algum, ou aguardam inermes os 20 hectares das agrovilas oficiais". (JB - 16/12/81)

dom Luciano Mendes de Almeida, secretário-geral da Igreja, e o presidente da Comissão de Reforma da Terra (CPT), mas o presidente da Comissão de Reforma da Terra (CPT) não tem opiniões divergentes. O novo marco significativo em vista é a valorização do homem, o presidente da solução do problema não tem significação social alguma, porque atinge CPT afirma que a lei não tem significação social alguma, porque atinge um aspecto moral e a consciência jurídica do povo exigem e que têm sido propagados pelo ensinamento constante da Igreja: a função social da propriedade", afirmou dom Luciano. Ele ressaltou, entretanto, que a nova lei "ainda não é suficiente para resolver o problema da terra". Por sua vez, dom Moacir Grechi, mesmo não querendo discordar do secretário-geral da CNBB, explicou que o novo usucapião "não soluciona os conflitos, pois a ocupação deve ser mansa e pacífica e o processo sumário é ilusório, uma vez que em 90 dias nem todos os posseiros têm condições de procurar advogado e comprovar a ocupação de cinco anos na terra". Para ele, a partir da promulgação da lei "vai começar uma verdadeira caça às bruxas contra os posseiros". (ESP - 12/12/81)

ARCEBISPO NÃO ATENDE LAVRADORES DE RONDA ALTA

Em sua primeira audiência como arcebispo de Porto Alegre, d. Cláudio Colling negou-se ontem a atender o pedido de um grupo de 150 agricultores sem terra de Ronda Alta para participar de uma reunião com o governador Amaral de Souza, onde intercederia em favor da causa dos colonos que reivindicam assentamento no próprio Estado e não no Mato Grosso. Ao justificar sua recusa, d. Cláudio alegou que a "Igreja não compete solucionar problemas como estes. Não podemos pegar em fuzis; o único apoio que podemos dar é moral". Apesar disto, reafirmou a posição do episcopado gaúcho no documento divulgado em setembro, segundo o qual a Igreja apóia a luta dos colonos pela terra e é a favor da reforma agrária. (ESP - 10/12/81)

VERSÃO DO POSSEIRO CONFIRMADA

Eugênia Matias Costa, filha de João Matias - líder dos 15 posseiros do Araguaia envolvidos no caso dos padres franceses Aristides Camio e Francisco Gourion, confirmou ontem, em Belém, durante visita aos presos, a informação prestada quarta-feira à auditoria por um dos acusados - Leônidas Furtado Alves - de que o gerente da fazenda Cajueiro, conhecido como Luizão, não está morto e foi visto terça-feira em São Geraldo do Araguaia. Até a revelação de Leônidas, durante o interrogatório, a versão oficial era que Luizão havia morrido durante o choque com os posseiros, que resultou também em ferimentos em agentes da Polícia Federal e funcionários do Getat. (ESP - 14/12/81)

POLÍTICA NACIONAL

MAIORES VÍTIMAS DO PACOTE SÃO PEQUENOS PARTIDOS

O PDT, o PTB e o PT serão os Partidos mais prejudicados com as exigências do novo pacote eleitoral do Governo. O presidente nacional do PDT, Leonel Brizola, julga que o pacote não resolverá a situação do PDS nos grandes Estados e que, na área de oposição, acaba por beneficiando o PMDB,

herdeiro da estrutura partidária do antigo MDB. Na sua opinião, o pacote será danoso ao pluripartidarismo. Brizola lamenta que, por força da obrigatoriedade de lançar candidatos próprios às eleições majoritárias, o PDT terá de sacrificar algumas candidaturas naturais ao Legislativo. O PTB não deverá ter problemas para formar sua chapa porque nos 10 Estados em que está organizado já possui candidatos a governador. O Partido pretende multiplicar seus diretórios municipais para ampliar o suporte que os candidatos a prefeito e vereador vão oferecer às sucessões estaduais. O PT não demonstra maiores preocupações com o pacote do Governo porque, ao contrário dos outros Partidos, considera as eleições o ponto de partida e não o de chegada. Um dirigente nacional do Partido acha que o ex-secretário-geral do PC, Luis Carlos Prestes, ia causar mais dificuldades, se tivesse ingressado no Partido, do que o pacote, pois com Prestes o PT perderia o apoio de uns 40 bispos. (JB - 13/12/81)

OUTRAS

CNBB DEBATERÁ SUBABITAÇÃO

Dados ainda parciais de uma grande pesquisa sobre as condições de habitação na área central de São Paulo, realizada pelo Serviço de Áreas Carentes da Região Episcopal da Sé, revelam que o número de cortiços tem aumentado sensivelmente nessa parte da cidade. Com base em projeções feitas a partir de levantamentos já efetuados em 22 das 59 paróquias do Centro, os responsáveis pelo trabalho acreditam que o contingente de "cortiçados" poderá atingir a casa de 1,5 milhão de pessoas, vítimas diretas de um dos fenômenos mais sérios das grandes cidades que é a especulação imobiliária. Os resultados finais da pesquisa serão apresentados em janeiro e ficarão à disposição da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que no início de fevereiro, em Itáici, durante sua 20ª Assembléia Geral, discutirá o uso do solo urbano e seus problemas. De acordo com frei Vitalino Turcato, a pesquisa do Serviço de Áreas Carentes, que já atua em toda a área da Arquidiocese de São Paulo, tem como finalidade essencial retratar a realidade da subabitação. Os primeiros trabalhos tiveram início há pouco mais de um mês, quando agentes de pastoral das paróquias da Região Episcopal da Sé (que atua em área maior que a Regional Sé da Prefeitura) começaram as visitas aos cortiços. (FSP - 13/12/81)

Fazer oposição sindical. - Que o sindicato seja dos trabalhadores. - Troca de delegado sindical pelego. - Criar delegacia sindical, mesmo com dez trabalhadores. - Exigir do sindicato ação em defesa da classe. - As oposições sindicais existentes, deverão articular um amplo movimento de oposições sindicais em toda a região tocantina. - As oposições sindicais existentes deverão criar comissões de educação sindical. - Lutar pela construção da Central Única dos Trabalhadores (CUT) pela base.

5.3. Política:

- Fazer oposição política.

06. ENCONTROS

6.1. Criar um fundo de manutenção dos encontros.

6.2. Em caso de encontros ou qualquer outro movimento festivo, as vendas sejam feitas para o benefício das comunidades.

07. VINTE E CINCO DE JULHO - DIA DO LAVRADOR.

NOTA: Comunicamos aos amigos leitores que este é o último ACONTECEU (nº 174) do ano de 1981. Estaremos em recesso natalino do dia 24/12 a 04/01. Voltaremos a enviar o semanário ACONTECEU logo na primeira semana de janeiro de 1982.

LEI ANILZINHO, LEI DOS POSSEIROS

Nós, camponeses da região do Tocantins (PA) (Baião, Cametá, Tucuruí, Moçajuba, Oeiras do Pará e Limoeiro do Ajurú), reunidos nos dias 6, 7 e 8 de novembro de 1981, pela segunda vez na Comunidade de Anilzinho-Baião, em encontro sobre "A QUESTÃO DA POSSE DA TERRA", depois de termos feito um levantamento da situação atual nas comunidades, reavaliação e estudo sobre a Lei Anilzinho e um debate sobre a Organização Fundiária, Sindical e Política, resolvemos reformular a Lei Anilzinho, que passa a ter a seguinte redação:

LEI ANILZINHO II

01. RESISTIR NA TERRA

1.1. De Maneira Imediata:

- Se for preciso com armas, machado, terçado, espingarda, etc., resistir à grilagem. - Comunicar e denunciar as arbitrariedades às comunidades vizinhas, sindicatos, CPT e demais entidades de apoio, imprensa; que haja solidariedade mútua.

1.2. De Maneira Permanente:

- Plantar culturas permanentes e de subsistência. - Morar na terra.

02. PROPRIEDADE DA TERRA

2.1. A terra é da comunidade.

2.2. Cabe às comunidades, com ou sem topógrafo, demarcar e dividir a área entre os seus membros.

2.3. Os membros assinam um documento preparado pela comunidade reconhecendo que a terra que eles trabalham ou irão trabalhar é da comunidade.

2.4. No caso do posseiro deixar a terra, só terá direito à indenização da benfeitoria, pois a terra pertence à comunidade.

03. USO DA TERRA

3.1. A terra é para trabalhar nela.

3.2. Dar prioridade à cultura permanente.

3.3. Manter cultura de subsistência para família e para a comunidade.

3.4. Não se comprometer com o banco.

04. COMERCIALIZAÇÃO

4.1. No processo de comercialização dos produtos, organizar cantinas ou cooperativas.

4.2. Procurar vender a produção e comprar os bens necessários em conjunto.

05. ORGANIZAÇÃO

5.1. Comunitária:

- Organizar a comunidade com homens, mulheres e jovens através de mutirão e trabalho coletivo e deve ser coordenada por uma comissão mista. - Construir casa comunitária ou capela, exigir posto médico, escola para dar mais segurança na terra. - Criar comissões de trabalho e estudo, conforme a necessidade da comunidade.

5.2. Sindical:

- Todos os membros da comunidade devem ser sindicalizados. -